

DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL



Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales

DADOS DO CANDIDATO

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
ASS.: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 30 questões numeradas de 1 a 30, dispostas da seguinte maneira:  
a) as questões de 1 a 10 são relativas à área de Língua Portuguesa.  
b) as questões de 11 a 30 são relativas à área de Conhecimentos em Legislação.
2. Confira se o seu CADERNO DE QUESTÕES contém a quantidade de questões e se essas questões estão na ordem mencionada na instrução anterior. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões há 5 opções e apenas uma alternativa correta. Leia cuidadosamente as questões e marque a resposta correta no CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. O tempo disponível para fazer a prova é de uma hora e trinta minutos (1h e 30 min). Ao concluí-la entregue o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao Fiscal.
5. Reserve os 15 minutos finais para marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS. Os rascunhos e as marcações assinadas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
6. Preencha o CARTÃO DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta. Observe criteriosamente as orientações no CARTÃO DE RESPOSTA e evite descuidados que poderão anular sua(s) resposta(s). Cada candidato tem direito a apenas um CARTÃO DE RESPOSTA.
7. Assine a lista de frequência que será passada pelo Fiscal com assinatura similar ao seu documento de identificação. Mantenha seu documento de identificação sobre a mesa para que o Fiscal possa comparar a similaridade da assinatura realizada no ato da prova.
8. As provas devem ser feitas individualmente e sem consulta. Qualquer tentativa de fraude implicará o cancelamento de sua inscrição.

DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 1 e 2

**Cenário da exclusão escolar no Brasil**

No Brasil, 2,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estão fora da escola, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015. A exclusão escolar afeta principalmente meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais. Do total fora da escola, 53% vivem em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo.

Há crianças e adolescentes fora da escola em todas as regiões do País. Em termos percentuais, o problema é mais grave no Norte, Centro-Oeste e Sul, onde 8,8%, 7,7% e 7,3% da população de 4 a 17 anos está fora da escola, respectivamente. Nordeste e Sudeste apresentam percentuais um pouco menores (6,5% e 5,3%), mas merecem atenção por seus números absolutos. Sendo as regiões mais populosas do País, são responsáveis por 1,7 milhão de meninos e meninas excluídos: 868.354 no Nordeste e 862.141 mil no Sudeste.

\_\_\_\_\_ . Dispersos pelo Brasil, 661.110 meninos e meninas que vivem fora das cidades, em vilas e áreas isoladas estão longe das salas de aula, por falta de vagas em escolas próximas, problemas no transporte escolar ou outros fatores que impedem o acesso e a permanência escolar. Muitas dessas crianças e desses adolescentes vivem na região amazônica e no semiárido brasileiro, espalhados por mais de 2 mil municípios.

Esses meninos e meninas – oriundos de populações vulneráveis – não estão apenas fora da escola, mas estão também excluídos de todo um sistema de garantia de direitos. São crianças e adolescentes com menos acesso a direitos básicos, como registro civil, atendimento de saúde e vacinação. Estão mais expostos a formas extremas de violên-

cia, exploração e abuso sexual. E, muitas vezes, tornam-se invisíveis às políticas públicas porque simplesmente não conseguem acessá-las.

(UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cenário da exclusão escolar no Brasil. 2017. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario\\_exclusao\\_escolar\\_brasil.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario_exclusao_escolar_brasil.pdf)> Acesso em: 20 mar. 2018. Com adaptações)

**1) Assinale a opção que completa a lacuna no texto de forma a manter a coesão e coerência:**

- a) Além da zona rural, há que se olhar para a zona urbana.
- b) A exclusão escolar afeta, em especial, as camadas menos vulneráveis da população.
- c) Além de olhar o aspecto geográfico, é necessário entender como a exclusão afeta cada faixa etária.
- d) Os maiores percentuais de exclusão se concentram na zona rural (8,3%).
- e) No ensino médio, quase três em cada dez alunos apresentam dois ou mais anos de atraso escolar.

**2) Com base nas ideias do texto, assinale a opção correta:**

- a) A região Sudeste apresenta a menor população de 4 a 17 anos fora da escola.
- b) Os domicílios com renda per capita mais alta concentram a maioria das crianças e adolescentes que estão fora da escola.
- c) A região Nordeste apresenta, em números absolutos, a maior população de crianças e adolescentes fora da escola.

**DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL**

d) A exclusão escolar afeta crianças e adolescentes cuja exposição a formas extremas de violência, exploração e abuso sexual é menor.

e) Em termos percentuais, a região Sul do Brasil apresenta o problema menos grave de exclusão escolar.

**3) Meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, privados do acesso a direitos básicos, tornam-se invisíveis às políticas públicas, porque simplesmente não conseguem acessá-las.**

**Mantendo a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o elemento sublinhado acima não pode ser substituído por:**

- a) visto que
- b) porquanto
- c) já que
- d) uma vez que
- e) eis que

**4) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas do trecho a seguir, de acordo com a norma-padrão de regência:**

Os fatores de exclusão escolar são diversos e ultrapassam \_\_\_\_\_ muros da escola. As barreiras socioculturais envolvem \_\_\_\_\_ discriminação racial, o preconceito de gênero, a exposição dos meninos e meninas \_\_\_\_\_ violência. As barreiras econômicas dizem respeito \_\_\_\_\_ pobreza, que inclui o trabalho infantil e outras privações de direitos. Entre as barreiras relacionadas \_\_\_\_\_ oferta educacional estão o número insuficiente de escolas, a falta de acessibilidade

**para alunos com deficiência, as condições precárias de infraestrutura e de transporte escolar. As barreiras políticas, financeiras e técnicas tratam da insuficiência de recursos destinados \_\_\_\_\_ educação pública brasileira.**

- a) os – à – à – à – à – à
- b) aos – à – à – à – à – a
- c) os – a – à – a – à – a
- d) os – a – à – à – à – à
- e) aos – a – a – a – a – à

**5) Leia as frases:**

**I. Em 2009, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59, ampliando a educação obrigatória para a população de 4 a 17 anos.**

**II. Desde 2008, a cada medição anual da Pnad, temos aproximadamente 1,6 milhão de estudantes de 15 a 17 anos fora da escola.**

**III. Tanto pelos números absolutos quanto pelas causas que levam esses adolescentes a estar fora da escola, essa faixa etária requer grande atenção.**

**Está(ão) correta(s), quanto à pontuação, a(s) frase(s):**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) Nenhuma
- e) Todas

**DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL**

6) Assinale a alternativa que indica a palavra que só pode ser empregada com acento gráfico:

- a) médico
- b) médio
- c) subsídio
- d) fluído
- e) líquido

7) Leia as frases:

I. Segue anexo cópia da ata da Comissão de Licitação.

II. Oficiem-se aos interessados.

III. O projeto beneficiará trezentos e cinquenta milhões de crianças.

Está(ao) correta(s), quanto à concordância verbal e nominal, apenas a(s) frase(s):

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

8) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal:

I. Os procedimentos previstos na Lei 12.527/2011 \_\_\_\_\_ a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem

ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

II. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas com necessidade de \_\_\_\_\_.

III. A Lei de Acesso à Informação (LAI) garante o acesso a informações existentes nos órgãos e nas entidades públicas; no entanto, pedidos que não especifiquem a informação desejada ou que \_\_\_\_\_ como meros desabafos, reclamações, elogios não estão no escopo da LAI.

- a) destinam-se – conhecê-la – se configurem
- b) destinam-se – a conhecer – se configurem
- c) destinam-se – conhecê-la – configurem-se
- d) se destinam – a conhecer – se configurem
- e) se destinam – conhecê-la – configurem-se

9) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas das frases abaixo, de acordo com a norma-padrão de regência verbal e nominal:

I. O contribuinte deve informar \_\_\_\_\_ Prefeitura de São Paulo as alterações dos dados cadastrais do imóvel no prazo de sessenta dias da sua ocorrência.

II. O atraso no pagamento de parcela do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) implica \_\_\_\_\_ cobrança de multa de 0,33% ao dia até o limite de 20%.

III. Ficam isentos \_\_\_\_\_ Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) os imóveis cedidos em comodato à Administração Direta e Indire-

DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

ta do Município de São Paulo, durante o prazo do comodato.

- a) à – em – do
- b) à – a – do
- c) a – na – ao
- d) à – na – do
- e) a – em – ao

10) Assinale a alternativa que preenche, respectivamente, as lacunas da frase abaixo, mantendo-se a coerência textual e a correção gramatical:

A transparência é um elemento da comunicação entre cidadão e gestor público, um contrato social tácito \_\_\_\_\_, na perspectiva da clássica teoria da agência, o principal (cidadão) delega ao agente (gestor público) uma atividade de seu interesse e monitora sua realização. \_\_\_\_\_, conflitos surgem nessa relação resultando numa informação incompleta (assimetria informacional).

(BAIRRAL, M.A.C.; SILVA, A.H.C.; ALVES, F. J.S. Transparência no setor público. Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro 49(3):643-675, maio/jun. 2015)

- a) em que – Entretanto
- b) onde – Portanto
- c) segundo o qual – Visto que
- d) que – Logo
- e) onde – Todavia

CONHECIMENTOS EM LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 1988

11) Assinale a alternativa incorreta. São princípios fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) A soberania
- b) A dignidade da pessoa humana
- c) A unidade absoluta de valores, crenças e opiniões
- d) A cidadania
- e) O pluralismo político

12) Assinale a alternativa correta. A organização político-administrativa da República federativa do Brasil compreende:

- a) União, Estados, Distrito Federal e os Municípios
- b) União, Territórios administrativos, Autarquias e os Municípios
- c) Estados, União, Principados, Distrito Federal e Municípios
- d) União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Cidades-Estados
- e) Estados, Territórios, União, Distrito federal e municípios.

13) De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal, o Município reger-se-á por:

- a) Constituição Municipal
- b) Constituição Estadual
- c) Lei orgânica
- d) Carta de intenções municipal
- e) Constituição legislativa municipal

**DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL**

**14) Não é da competência dos Municípios:**

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local
- b) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população
- c) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental
- d) Legislar sobre Direito Civil, Penal e Processual.
- e) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual

**15) Assinale a alternativa incorreta. É vedado aos Municípios:**

- a) Declarar Estado de Sítio, Estado de Defesa e a Intervenção Federal
- b) Recusar fé aos documentos Públicos
- c) Criar distinções entre brasileiros.
- d) Estabelecer cultos religiosos ou Igrejas.
- e) Suplementar a legislação estadual e a federal no que couber.

**Lei 10.257/01**

**16) Dos instrumentos da política urbana em âmbito municipal, conforme previsto na LEI N° 10.257/2001 não esta previsto:**

- a) plano plurianual; planos de desenvolvimento econômico e social;
- b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- c) legislar sobre normas gerais de direito urbanístico
- d) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- e) gestão orçamentária participativa;

**17) O Estatuto da Cidade LEI N° 10.257/2001 Relacione as definições da primeira coluna com os instrumentos ou conceitos da segunda coluna e localize a alternativa correta:**

a) I, IV, II, III	I - abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.	( ) Do estudo de impacto de vizinhança
b) IV, II, III, I	II - O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.	( ) Da outorga onerosa do direito de construir
c) III, IV, I, II	III - Confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.	( ) Do direito de preempção
d) II, III, I, IV	IV - Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.	( ) Do direito de superfície
e) IV, II, I, III		

**DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL**

**18) Indique V (verdadeiro) ou F (falso) e diga qual alternativa apresenta a classificação correta, considerando o Art. 3º da LEI Nº 10.257/2001 que não é a competência da União no que a política urbana:**

( ) legislar sobre normas gerais de direito urbanístico;

( ) Estabelecer o Zoneamento Ambiental, promovendo o desenvolvimento sustentável do espaço urbano.

( ) legislar sobre normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional;

( ) Elaborar o Plano Diretor, estabelecendo entre outras coisas a função social da cidade.

( ) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

a) V, V, V, F, V

b) V, F, V, F, V

c) F, V, F, V, V

d) V, V, F, F, V

e) V, F, V, V, V

**19) A usucapião especial de imóvel urbano esta regulado pelos artigos 9º, 10º, 11º, 12º, 13º e 14º do Estatuto da Cidade, LEI 10.257/2001. De acordo com essa legislação aponte a alternativa incorreta:**

a) Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo. Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, inin-

terruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

b) O título de domínio declarado como propriedade, por usucapião, será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

c) Será possível ter direito sobre propriedade, por usucapião, mais de uma vez, quando a pessoa, seja homem ou mulher, prove que utilizou o imóvel por mais de cinco anos, ininterruptamente e sem oposição.

d) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

e) Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.

**20) De acordo com o artigo 2º da Lei 10.257/2001 são instrumentos de política urbana os institutos jurídicos e políticos abaixo relacionado, exceto:**

a) desapropriação;

b) limitações administrativas;

c) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;

d) instituição de unidades de conservação;

e) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

## DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

### Lei Orgânica do Município de São Paulo

#### 21) Não constitui um dever do Município de São Paulo, nos termos de sua Lei Orgânica:

- A) A preocupação com um meio ambiente equilibrado.
- B) O acesso universal e igual à saúde.
- C) A moradia em condições dignas.
- D) O Ensino Superior.
- E) Proteção e acesso ao patrimônio histórico.

#### 22) Sobre o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, podemos afirmar:

- A) É integrado por 07 Conselheiros.
- B) Trata-se de um órgão auxiliar e subordinado ao Poder Executivo Municipal.
- C) Não possui quadro próprio de pessoal.
- D) A Lei Orgânica do Município não tratou dos requisitos para ser Conselheiro do TCMSP.
- E) Os Conselheiros do TCMSP exercem as atribuições previstas na Constituição da República, no que couber, e na Lei Orgânica do Município.

#### 23) Nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a política urbana deve procurar assegurar:

- A) O uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território.
- B) O desenvolvimento econômico e imobiliário absoluto.
- C) Um predomínio total da ação humana sobre a paisagem natural.

D) O favorecimento do empreendedorismo imobiliário em detrimento da segurança e a proteção do patrimônio paisagístico, arquitetônico, cultural e histórico.

E) O Esporte e o Lazer não são prioridades a serem asseguradas pela política urbana do Município de São Paulo.

#### 24) São Princípios e Diretrizes Expressos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município:

- A) A valorização do servidor público.
- B) A tecnocracia.
- C) A centralização administrativa.
- D) A participação exclusiva de especialistas nas políticas públicas.
- E) A proporcionalidade.

#### 25) A Lei Orgânica do Município de São Paulo determina sobre a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- A) Três são escolhidos diretamente pelo Prefeito.
- B) Dois são escolhidos pela Câmara Municipal.
- C) Dois são escolhidos pelo Prefeito, com aprovação da Câmara Municipal.
- D) A substituição dos Conselheiros, em suas faltas e impedimentos será feita por Resolução do próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
- E) Três são escolhidos pela Câmara Municipal, com aprovação do Prefeito.

## DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

Decreto Lei 200/67 e Lei Municipal 8.989/79

**26) A Lei nº 8.989/79 elenca uma série de deveres, proibições e responsabilidades aos servidores públicos do município de São Paulo. Dentre os deveres aplicáveis aos ocupantes de cargo público, encontra-se:**

- a) Tratar com urbanidade os companheiros de serviço e o público em geral.
- b) Proceder apenas de forma pública que dignifique a função pública.
- c) Residir somente no município de São Paulo.
- d) Tratar com zelo os companheiros de serviço e o público em geral.
- e) Manter preferentemente atualizada sua declaração de residência.

**27) Sobre os servidores públicos, a lei nº 8.989/79 assinale a alternativa em que NÃO prevê que, enquanto não adquirir estabilidade, poderá o servidor público ser exonerado no interesse do serviço público nos seguintes casos.**

- a) Inassiduidade.
- b) Que o servidor tenha dois anos de efetivo exercício
- c) Ineficiência.
- d) Não aprovação em curso de formação ou capacitação para o exercício das funções inerentes ao cargo.
- e) Falta de dedicação no serviço.

**28) Com relação aos órgãos que compõem a Administração Pública, é correto afirmar:**

**I - Autarquias - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.**

**II - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.**

**III - Sociedades de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.**

- a) Somente a assertiva II está certa.
- b) Somente a assertiva I está certa.
- c) Somente a assertiva III está certa.
- d) Todas as assertivas estão certas.
- e) Somente as assertivas I e III estão certas.

**29) Administração Pública, nos termos do Decreto-Lei 200/67, pode ser dividida entre Direta e Indireta. Esta última pode ser composta de diversas pessoas jurídicas, dentre as quais as em-**

## DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

### **presas públicas, que:**

- a) Possuirão patrimônio próprio e capital sob a forma de sociedade anônima
- b) Possuirão personalidade jurídica de direito público.
- c) Executarão atividades típicas da Administração Pública.
- d) Funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- e) Poderão revestir-se de qualquer forma ou organização empresarial.

**30) Na Lei nº 8.989/79 lista quais são as penas disciplinares cabíveis de serem aplicadas aos servidores públicos.**

**Quais dos casos de pena de demissão do servidor público o Prefeito poderá delegar a competência ao Secretário Municipal.**

- a) Acumulação proibida de cargos públicos, se provada a má fé.
- b) Ofensas físicas, em serviço ou em razão dele, a servidores ou particulares, salvo se em legítima defesa.
- c) Procedimento irregular de natureza grave.
- d) Fazer, com a Administração Direta ou Indireta, contratos de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços com fins lucrativos, por si ou como representante de outrem.
- e) Faltas ao serviço, sem justa causa, por mais de 60 (sessenta) dias interpolados durante o ano.

